



ACÓRDÃO Nº 269/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1576/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário - FUNJEAM
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsáveis:** Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa, Presidente e Ordenador de Despesas, no período de 01/01/2014 a 02/07/2014 e Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Presidente e Ordenadora de Despesas, no período de 03/07/2014 a 31/12/2014
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 892/2017-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Indireta Estadual (Autarquias, Fundações e Fundos Especiais). Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário - FUNJEAM. Exercício de 2014.

Regularidade. Determinação. Quitação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar regular a Prestação de Contas do Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário - FUNJEAM, exercício 2014, de responsabilidade do Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa, Presidente e Ordenador de Despesas, no período de 01/01/2014 a 02/07/2014 e da Desembargadora Sra. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Presidente e Ordenadora de Despesas, no período de 03/07/2014 a 31/12/2014, com fundamento no art. 19, II c/c art. 22, I e art. 23 da Lei nº. 2423/96, combinado ainda com o art. 5º, II, art. 188, parágrafo primeiro, inciso I e art. 189, I da Resolução nº. 004/2002 – RITCE/AM, e **recomendar** à origem que a concessão do adiantamento a servidor e a respectiva prestação de contas se dê no mesmo exercício financeiro.

9.2. Determinar a Sepleno que:

- a) Encaminhe à atual Administração do Tribunal de Justiça cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo



ACÓRDÃO Nº269/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Representante Ministerial, para que àquela Pasta atente às recomendações mencionadas nas peças técnicas visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

- b) Cientifique os responsáveis, Excelentíssimo Senhor Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa e Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório;
- c) Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, do RITCE/AM.

9.3. Dar quitação ao Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa, Presidente e Ordenador de Despesas do Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário, no período de 01/01/2014 a 02/07/2014 e à Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Presidente e Ordenadora de Despesas, do Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário, no período de 03/07/2014 a 31/12/2014.

10- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 29 de Março de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Declaração de Impedimento: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do RI/TCE/AM).

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral